

Câmara de SP aprova revisão do Plano Diretor com folga



Veradores de São Paulo votam revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal, sob o olhar de integrantes de movimentos sociais

Câmara de SP aprova revisão do Plano Diretor que facilita prédios maiores

Polêmica sobre verticalização dos bairros deve seguir na pauta com a discussão do zoneamento

Cláudio Krause e Fabio Kozak... A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta segunda (26), em votação definitiva, a revisão do Plano Diretor. Lei que orienta o crescimento da cidade e estabelece regras gerais para a construção de edifícios. Foram 44 votos a favor e 14 contrários. O texto segue segue para o prefeito Ricardo Nunes (MDB). A expectativa é que de sanção e promulgação nos próximos dias. A aprovação das áreas onde é permitido construir prédios mais altos da cidade torce-se a aprovação pelo legislativo na sessão plenária da revisão no longo das últimas semanas. Essa questão deve ser votada para a revisão da lei de zoneamento, primeira etapa da revisão do Plano Diretor. A Câmara Municipal de São Paulo aprovou a revisão do Plano Diretor em sessão plenária na tarde desta segunda-feira (26). O texto foi aprovado por 44 votos a favor e 14 contrários. A votação ocorreu em sessão pública, com a presença de representantes de movimentos sociais e da população. O plano diretor é o principal instrumento de planejamento urbano de uma cidade. Ele define as regras para a construção de edifícios, a localização de equipamentos públicos e a preservação de áreas de interesse social. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano. A Câmara Municipal de São Paulo aprovou a revisão do plano diretor em sessão plenária na tarde desta segunda-feira (26). O texto foi aprovado por 44 votos a favor e 14 contrários. A votação ocorreu em sessão pública, com a presença de representantes de movimentos sociais e da população. O plano diretor é o principal instrumento de planejamento urbano de uma cidade. Ele define as regras para a construção de edifícios, a localização de equipamentos públicos e a preservação de áreas de interesse social. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano.

transporte sobre trilhos e de outros meios de transporte. Além disso, não houve alteração na regra vigente que permite que prédios residenciais tenham até quatro andares de altura. Mas se o edifício for maior, o proprietário terá que pagar mais caro para obter a licença para construir. A regra aprovada pela Câmara, que prevê a ampliação de prédios residenciais, pode chegar a até nove vezes se forem combinados diferentes tipos de moradia. A condição para isso é que metade dos unidades seja voltada para a população de renda mais baixa. Se consideradas outras regras vigentes no Plano Diretor, que permitem maior altura na fachada do prédio e salas comerciais no térreo, o texto abre espaço para prédios que podem chegar a até 150 metros de altura. O plano diretor também prevê a ampliação de prédios comerciais e a construção de edifícios de até 150 metros de altura. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano.

gona a prever a isenção de ISS para o setor de serviços de saúde e educação. O texto também prevê a ampliação de prédios comerciais e a construção de edifícios de até 150 metros de altura. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano. O plano diretor também prevê a ampliação de prédios comerciais e a construção de edifícios de até 150 metros de altura. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano.

Como ficou: A revisão do plano diretor prevê a ampliação de prédios residenciais, o que pode chegar a até nove vezes se forem combinados diferentes tipos de moradia. A condição para isso é que metade dos unidades seja voltada para a população de renda mais baixa. Se consideradas outras regras vigentes no Plano Diretor, que permitem maior altura na fachada do prédio e salas comerciais no térreo, o texto abre espaço para prédios que podem chegar a até 150 metros de altura. O plano diretor também prevê a ampliação de prédios comerciais e a construção de edifícios de até 150 metros de altura. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano.

Principais mudanças do Plano Diretor

EXOS DE TRANSPORTE Como ficou: É permitido construir prédios mais altos em um raio de 600 metros ao redor das estações de metrô e de 1.500 metros para cada lado das correiores de ônibus.

Como ficou: Áreas que ocupam um raio de 700 metros das estações e 400 metros das correiores de ônibus podem ganhar permissão para construir prédios mais altos, desde que sejam destinados a moradia ou a comércio.

VAGAS DE GARAGEM Como ficou: Ao redor dos eixos de transporte, é permitido construir até uma vaga de garagem para cada apartamento sem pagar taxa. A construtora pode construir mais vagas, desde que pague por isso.

Como ficou: Haverá cálculos para decidir o número de vagas de garagem grátis. Aproveitamento com menos de 50 metros quadrados não terá o benefício.

REGULAMENTO DA MORADIA POPULAR Como ficou: O texto permite que o plano diretor estabeleça regras para a construção de moradia popular, mas não há o conteúdo sobre o zoneamento.

Como ficou: A integração de edifícios e imóveis para a gestão urbana será feita por meio de uma comissão de gestão urbana. O texto abre a possibilidade para que a cidade tenha sua área incorporada a outros terrenos para a construção de empreendimentos. Isso poderia acabar com o empasse da verticalização e é uma das questões que deverá ser discutida na Câmara Municipal nos próximos meses.

TEMPOS Como ficou: Em Zonas Especiais de Interesse Social há um prazo de 300 dias para a entrega de projetos para a reforma com mudança de uso, e preciso decidir para do terreno a habitação social.

Como ficou: Locais de culto receberão de mesmos benefícios e quando um terreno usado como igreja for vendido, o comprador não será obrigado a construir moradia. Locais de culto não poderão ser considerados subsídios, o que poderia levar a desapropriação.

ARCO TÍPICO Como ficou: O plano diretor prevê a ampliação de prédios comerciais e a construção de edifícios de até 150 metros de altura. A revisão do plano diretor é uma das principais demandas da população de São Paulo, especialmente em relação à verticalização dos prédios e ao zoneamento urbano.

Como ficou: Áreas de transporte ficam autorizadas a verticalizar.

“Eu estive aberto a todo momento para que a gente fizesse todo tipo de discussão. Tivemos a possibilidade, em mais de 60 audiências públicas, de participar do processo” Rodrigo Goulart (PSB) vereador eleito da Câmara Municipal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1